

03/11/2016 - Telesíntese

Leonardo Euler, técnico da Anatel, é indicado para o conselho diretor

O presidente Michel Temer indicou hoje mesmo, 3, quando se encerrou o mandato de Rodrigo Zerbone, Leonardo Euler de Moraes para a vaga no Conselho Diretor da Anatel. Ele chefiava a assessoria técnica da agência. Com reconhecida boa formação técnica, sua indicação não deixa de ser uma surpresa, pois Moraes nunca assumiu um cargo de tomada de decisão, como uma superintendência. Mas ele já negociava em nome da agência o PL 3453 na Câmara dos Deputados.



O presidente Michel Temer preferiu não dar tempo para as pressões políticas deste pulverizado Congresso Nacional. E hoje mesmo, quando terminou o mandato de Rodrigo Zerbone, indicou para a aprovação do Senado Federal o nome de Leonardo Euler de Moraes, para a vaga de diretor da Anatel.

Leonardo é concursado da agência e dirigia a sua assessoria técnica. Embora bastante capacitado, a sua indicação não deixa de ser uma surpresa, pois ele nunca assumiu um cargo de tomada de decisão na agência. Entre os do quadro, as apostas estavam mais fortes para o superintendente de competição, Carlos Baigorri, que tinha uma atuação mais destacada na defesa de maior liberalização do mercado de telecom.

Mas tanto Leonardo como Baigorri atuaram intensamente nos últimos meses como os negociadores no Congresso Nacional do PL 3453 em nome da Anatel – embora os conselheiros da atual gestão ainda não tenham aprovado o apoio ao projeto porque cada um deles têm restrições ao texto -. Leonardo também defende há algum tempo que se destravem as amarras regulatória,s para que sejam ampliados os investimentos privados no setor.

Para o Tele.Síntese, ele já escreveu o seguinte artigo: Neutralidade na Rede e Inovação

Sua equipe publicou este ano uma série de estudos sobre o mercado de telecom, que podem ser encontrados no sítio da Anatel.

03/11/2016 - Telesíntese

Oi deve apresentar na próxima semana plano para pagar pequenos credores

Segundo Reuters, três empresas disputam a posição de assessoria na negociação com grandes credores, vaga depois da desistência da PJT Partners.



A Oi deverá apresentar já na próxima semana plano para pagar a maioria de seus pequenos credores dentro da recuperação judicial, conforme a agência de notícias Reuters. A empresa vinha trabalhando em uma forma de reduzir drasticamente a lista de empresas a receber.

Conforme os documentos que constam do processo de recuperação judicial, uma parcela pequena da dívida da concessionária (cerca de R\$ 1,2 bilhões) é devida a mais de 67 mil credores, entre fornecedores, ex-funcionários, e causas judiciais.

Segundo a Reuters, os executivos da Oi acre-

ditam que reduzir significativamente a quantidade de credores numa tacada só vai proteger a empresa de cobranças judiciais que interfiram na recuperação judicial. A dívida declarada à Justiça pela Oi ultrapassa os R\$ 65,4 bilhões.

A agência afirma ainda que três empresas estão cotadas para substituir a PJT Partners na negociação com grandes credores. G5 Evercore, de São Paulo, Alvarez & Marsal Holdings, e um consórcio entre a Integra Associados e o bando de Nova York Abadi Global Markets.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/11/2016 - Telesíntese

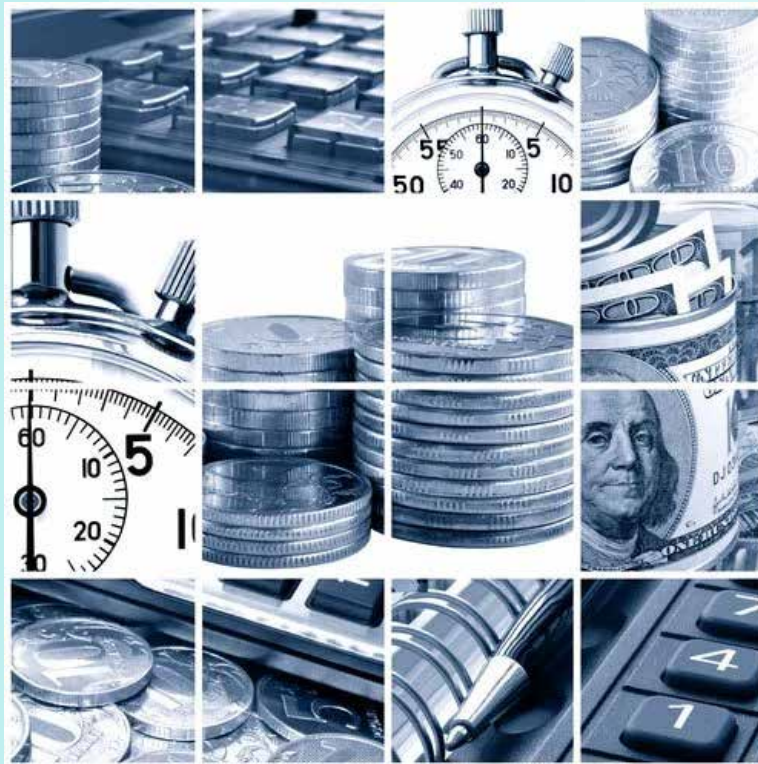
Receita das operadoras caiu 31,4% em 2015

Setor faturou US\$ 40,35 bilhões em 2015, conforme cálculos divulgados hoje pela consultoria Frost&Sullivan. Mas perspectiva é de recuperação até 2021.

A atual crise econômica brasileira, os desequilíbrios regulatórios para as pequenas operadoras, os altos encargos tributários para os serviços de telecomunicações e as limitações de custo e espectro dos serviços de banda larga continuam a travar o crescimento do mercado brasileiro de serviços de telecomunicações, que faturou US\$ 40,35 bilhões em 2015.

“ Nós vimos uma queda de 31,4% na receita no ano passado neste mercado devido à depreciação da moeda local ”, explica Carina Gonçalves, analista de indústria de transformação digital da Frost & Sullivan. “ No entanto, podemos esperar um crescimento moderado nos próximos anos, com receita estimada de US\$ 46,99 bilhões para 2021, impulsionada principalmente pela crescente penetração da TV paga e banda larga, aumento da competitividade, aumento de combos multi-play e serviços de valor agregado (SVAs) e investimentos em infra-estrutura para a expansão de redes de fibra óptica e redes de banda larga móvel ”.

Os prestadores de serviços que estão crescendo acima do mercado, como o player regional Algar Telecom e players globais como a Level 3 e a Orange Business, estão focando no atendimento ao cliente, estratégias de negócios inovadoras e expansão de rede, segundo o relatório da F&S.



Enquanto a receita de serviços de dados móveis, fiber-to-the-home (FTTH) e Internet protocol television (IPTV) tiveram um crescimento de dois dígitos em relação a 2014 (30,0%, 90,8%, 58,1%, respectivamente), a receita de voz fixa e móvel apresentaram queda significativa de 11,1% e 4,6%, respectivamente. As causas destas quedas estão relacionadas com a diminuição das taxas de terminação móvel, as iniciativas de redução de custos por parte dos consumidores e das

empresas devido à situação econômica, bem como a substituição por outros tipos de comunicação, tais como mensagens e soluções unificadas de comunicação e colaboração.

“ Em geral, é provável que os provedores de serviços encontrem mais oportunidades de crescimento em mercados menos penetrados, como a TV paga e a banda larga fixa e móvel, com o surgimento de pequenas associações de TV a cabo e provedores de serviços de Internet (ISPs) no mercado brasileiro ”, diz Gonçalves. “ Além disso, a adoção de serviços over-the-top também está aumentando, estimulando o reposicionamento de preços dos serviços tradicionais. Dados e demanda por serviços de conectividade móvel são os principais motores para a maioria dessas forças competitivas ”, conclui.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/11/2016 - RBA

Governo Temer usa Enem como arma política contra secundaristas

Estudantes afirmam que ocupações não tem relação com a aplicação do exame. Governo teve um mês para realocar os alunos

Num barata-voa sem fim, o governo Temer continua demonstrando não ter a menor noção de como lidar com a situação das mais de 1200 escolas ocupadas pelo país. Na quarta-feira (2), o Ministério Público do Ceará (MPF-CE) entrou com um pedido de suspensão do Enem frente ao adiamento da realização das provas apenas em escolas ocupadas, o que acabaria com o princípio de isonomia do concurso. O Ministério da Educação entrou na Justiça para derrubar a decisão. O Inep, que divulga os resultados, descartou a possibilidade de adiar a prova para todos os alunos. E até agora, faltando dois dias para o exame, por conta da confusão, muitos dos inscritos no concurso ainda não sabem o que vai acontecer.

Se o ministério não consegue chegar a um acordo com o MP, imagine com os secundaristas. Na manhã desta quinta-feira (3), o ministro Mendonça Filho criticou a politização dos alunos e disse que a mudança de local de provas por conta das ocupações custará R\$12 milhões aos cofres públicos. E criticou os secundaristas: " Todos têm direito à opinião, mas a escola é um espaço público. Acho que você não pode impedir seu colega de ter acesso à educação".

Em sua fala, Mendonça parece esquecer que, para as eleições municipais, foi feito um acordo com os alunos de ocupações em escolas que eram locais de voto. Os estudantes liberaram os espaços necessários para as equipes do Tribunal Eleitoral. Outra opção utilizada pelo TRE foi a realocação das zonas eleitorais para locais provisórios. Em todo o estado do Paraná, 700.315 eleitores tiveram seus pontos de votação alterados. As ocupações não impediram que as eleições acontecessem.

A ideia de realocação é defendida pelos secundaristas em entrevista ao The Intercept Brasil na última semana. Os representantes das ocupações do Colégio Pedro II, de Realengo, no Rio de Janeiro e do Instituto

Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, afirmam que a responsabilidade do Enem é do MEC.

Governo teve um mês para realocar os alunos a tempo

" Nossa ocupação não tem relação nenhuma com o Exame Nacional do Ensino Médio. Deve partir do MEC a decisão de realocar esses estudantes. Sabemos que aqui em Pelotas existem diversas escolas com capacidade para comportar um exame de nível nacional", defenderam na ocasião os secundaristas do #OcupalFSUL.

Os alunos do Pedro II de Realengo publicaram uma carta aberta pedindo diálogo com o MEC sobre assunto. O que não aconteceu.

Porém, como afirmou a colunista Flávia Oliveira em seu artigo publicado nesta quinta-feira (3), no O Globo, " por trás do adiamento está a decisão política de retaliar a reação dos jovens à medida provisória da reforma do ensino médio e aos efeitos da PEC 241". Ainda de acordo com a colunista, são 191.494 num universo de 8,6 milhões de inscritos; dois em cada cem.

Nesta sexta-feira (4), o Inep divulga nova lista com mais nomes de escolas onde o exame não será realizado. A listagem pode conter possíveis acréscimos de escolas que possam ter sido ocupadas após o dia 31 – prazo dado para as desocupações. Esses alunos farão o exame nos dias 3 e 4 de dezembro.

O governo teve um mês para realocar os alunos a tempo, mas preferiu sustentar a ideia chantagista de colocar estudantes contra sua própria causa. Em entrevista à GloboNews, no fim da tarde desta quinta, dia 3, Mendonça Filho, afirmou que o governo não está agindo de forma autoritária, apesar de a falta de diálogo demonstrar uma postura totalmente diferente.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/11/2016 - Vermelho

Lava Jato e governo Temer destroem a economia

Não bastassem a recessão brasileira, a crise mundial, a privatização e a desnacionalização impulsionadas pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra, e pelo presidente da Petrobras, Pedro Parente, e ainda a austeridade mais longa do mundo da PEC 241, chancelada pelo presidente Michel Temer, o ministro da Fazenda Henrique Meirelles e a maioria da Câmara, o País sofrerá por mais um ano os prejuízos da desarticulação da sua principal cadeia produtiva, a de óleo e gás.

O motivo é a recente prorrogação, pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, da Lava Jato do juiz Sergio Moro e do MPF, até setembro de 2017.

Dois anos e sete meses depois do desencadeamento da operação, só quatro das 16 empreiteiras envolvidas em corrupção – Toyo-Setal, UTC, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez –, todas grandes fornecedoras da Petrobras, firmaram acordos de leniência e podem retomar os negócios sem restrições. Impedida há dois anos de fazer contratos com o setor público e com seu presidente preso por duas vezes, a Andrade Gutierrez simboliza a situação dramática do setor: foi obrigada a se desfazer de alguns dos seus ativos mais valiosos e poderá ser vendida a uma construtora chinesa.

“A quantidade de acordos de leniência é muito pequena e eles demoram demais. São tantas as dúvidas e a insegurança jurídica é tamanha que não há uma aplicação significativa desse instrumento”, chama atenção o advogado Rafael Valim, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura e sócio da Marinho & Valim Advogados.

“Se eu fosse advogado, nunca faria um acordo de leniência. A participação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União dá mais garantias, mas ao mesmo tempo complica tanto, as exigências passam a ser tão grandes que acabam prejudicando qualquer acordo”, diagnostica o ministro Gilson Dipp, aposentado do Superior Tribunal de Justiça.

O acordo de leniência deveria atender a dois obje-

tivos fundamentais: 1. constituir um instrumento de coleta de provas por meio da concessão de benefícios à empresa que colaborar na comprovação dos fatos apontados no processo; e 2. preservar os seus ativos. A lei anticorrupção manda celebrá-lo entre a empresa e a autoridade pública lesada, maior conhecedora da extensão dos danos provocados pela corrupção. Na prática, ele é firmado entre a empreiteira e o MPF e homologado por um juiz.

As lacunas da lei quanto à participação de vários entes públicos e a pluralidade das esferas de responsabilidade abrem espaço para superposições e disputas. O TCU, a CGU, o MP e um juiz podem decidir, por exemplo, a temida proibição de contratar com o poder público. Nos contratos de estados e municípios com aporte de recursos da União, pairam dúvidas sobre qual entidade federativa poderia celebrar o acordo.

O acordo de leniência entre MPF e Andrade Gutierrez ilustra as dificuldades. A legislação prevê a responsabilização administrativa e cível de pessoas jurídicas por crimes contra a administração pública, mas não abrange dirigentes e administradores, que continuariam sujeitos a condenações criminais depois da celebração do pacto. No seu despacho, o juiz Sergio Moro diz ser “aplicável por analogia” um dispositivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que extingue a punição também para pessoas físicas.

A insegurança jurídica é uma das causas da rarefação dos acordos. Outra é a visão imperante de punir também as empresas, como se dotadas fossem de iniciativa e intenções, à semelhança dos seus acionistas e executivos. É o oposto do que ocorre na Europa e nos Estados Unidos, onde o instituto do self cleaning prende ou afasta os executivos, aplica multas, exige programas rigorosos de combate às práticas propiciadoras da corrupção e devolve as empresas o mais rápido possível ao mercado público e privado.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/289189-1>